

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 06 DE AGOSTO DE 2015.

Aos seis dias do mês de agosto de 2015 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiros sendo quatro (4) do poder público e dez (10) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Márcio Henrique Silva Nalini, Celina Rosa da Silva Nascimento, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, José Augusto Continentino Jacintho, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Andréia Maria Ribeiro Silva. **Conselheiros suplentes:** Padre Célio Adriano Cintra, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes. **Conselheiros na titularidade:** Victalina Maria Pereira Di Gianni. Participaram da reunião 14 convidados. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos: IX - Conferência Municipal de Assistência Social** – apresentação dos resultados e avaliação dos conselheiros; **Análise e deliberação** -Sobre solicitação de recursos de emenda parlamentar para o Departamento de Promoção Vicentina. **Informe:** Encaminhado Ofício CMDCA, CMAS, CT e SEDAS –Manifestação referente ao Plano de Providências e Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional – IJEPAM. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando a justificativa de ausência dos seguintes conselheiros: Dalva, Rutineia, Águeda, Juliana e Patrícia. Na sequência anunciou a pauta da reunião, a qual foi aprovada sem alteração. Em seguida solicitou a 2ª Secretária do CMAS, Fernanda, para realizar a leitura da ata da 20ª Reunião Ordinária. Finalizada a leitura, a ata foi aprovada após uma alteração na linha 36. Em seguida Márcio concedeu a palavra para a Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia, que iniciou o primeiro assunto da pauta sobre a apresentação dos resultados da IX Conferência Municipal de Assistência Social. A mesma exibiu os slides do referido assunto, os quais demonstraram as etapas preparatórias, bem como os resultados da conferência municipal, contendo: dados das pré-conferências; Momentos preparatórios; quantidade e dados dos Participantes da Conferência por categoria; Delegados Eleitos; Propostas deliberadas na Conferência, para o Município, Estado e União; Moções apresentadas; Comissão Organizadora e equipe de apoio técnico e operacional da Conferência Municipal. Finalizada a apresentação, foi aberta a palavra para que os presentes fizessem suas considerações. A conselheira Josiane apontou que a acessibilidade do local do segundo dia da conferência, ou seja, na Faculdade de Direito de Franca, dificultou a locomoção e segurança dos participantes, referindo-se aos degraus das salas utilizadas para os trabalhos em grupos. Maria Amélia relatou que fez uma breve análise das avaliações dos participantes, observando que essa questão da

36 acessibilidade também foi apontada como aspecto negativo da conferência. Salientou que o
37 Município ainda não possui um local que garanta toda a estrutura necessária para a realização de
38 eventos desse porte, com um auditório com capacidade para a quantidade de participantes prevista,
39 salas para grupos e que ainda garantam a acessibilidade necessária em todos esses espaços.
40 Comentou que por esse motivo a comissão teve bastante dificuldade na escolha do local. O
41 conselheiro José Augusto relatou que há dois meses o Promotor Público da Pessoa com
42 Deficiência, convocou todos os engenheiros e arquitetos de Franca e região e estabeleceu um
43 prazo, inclusive para o setor público, para adequação dos espaços quanto à acessibilidade. Márcio
44 pontuou que os problemas verificados com relação ao local escolhido para a Conferência estão
45 mais relacionados às barreiras, citando os degraus do auditório e o tablado nas salas. O presidente
46 do Lar São Vicente, Sr. João manifestou-se sobre o não cumprimento do horário programado.
47 Tina também solicitou a palavra para cumprimentar a Secretária Executiva Maria Amélia que
48 esteve à frente de todos os preparativos para a realização da Conferência. Diante das
49 considerações, Márcio lembrou que o Conselho precisa avaliar a Conferência e que estas questões
50 já pontuadas poderão ser inseridas no registro de avaliação. Propôs que a mesma fosse preenchida
51 de forma coletiva e os presentes concordaram com a sugestão. Logo após, Márcio exibiu o
52 Instrumental de avaliação dos conselheiros, o qual contemplava os seguintes aspectos:
53 Divulgação/Mobilização; Local e Infraestrutura; Acessibilidade; Programação e Participação.
54 Ainda deve conter uma avaliação qualitativa com relação aos pontos positivos, pontos negativos e
55 demais considerações sobre o evento. A partir de discussões e consenso entre os presentes o
56 quadro de avaliação dos conselheiros ficou da seguinte maneira: para Divulgação/Mobilização;
57 Local; Programação e Participação com a indicação: “BOM” e para Acessibilidade como:
58 “REGULAR”. Com relação à avaliação qualitativa as manifestações foram as seguintes: Aspectos
59 positivos: - maior participação das entidades socioassistenciais e dos conselheiros; palestra de
60 abertura da conferência municipal; apresentação cultural dos usuários da assistência social –
61 Centro POP; participação voluntária dos usuários; assessoria da Secretaria Executiva do CMAS;
62 capacitação e preparação da equipe de colaboradores, realizada pelo Instituto Paulo Freire.
63 Aspectos negativos: não cumprimento do horário programado; local com barreiras (degraus) que
64 comprometeram a locomoção e segurança dos participantes; a linguagem ainda não está acessível,
65 principalmente aos usuários; Lanche em substituição ao almoço não teve boa aceitação e o café da
66 tarde também deixou a desejar. Demais considerações: usuários presentes, mas com pouca
67 participação efetiva; Criar cultura da participação, que deve ser estimulada nos serviços,
68 independente da conferência; Rever a metodologia da conferência, que tenha linguagem acessível,
69 que promova a participação, de forma a garantir a presença do público até o final do evento.
70 Finalizado o primeiro assunto, Márcio exibiu o documento de solicitação da entidade

71 “Departamento de Promoção Vicentina”, para a liberação de uma emenda parlamentar apresentada
72 pela vereadora Maria de Fátima de Andrade Pires no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), para
73 este exercício de 2015. A conselheira Jane, enquanto representante da Secretaria de Ação Social,
74 relatou que se trata de uma emenda parlamentar e que se o Conselho aprovar esta destinação de
75 recurso será verificado a disponibilidade para liberação. Ressaltou a informação de que esse
76 recurso não é do Fundo Municipal de Assistência Social embora ele deva transitar pelo referido
77 Fundo. Estavam presentes na reunião os seguintes representantes da entidade: o presidente, Senhor
78 João Elizabeth de Resende; a assistente social Marcela Martinez Inocêncio e o Senhor Rodrigo
79 Peres Silva, que expuseram as justificativas para a solicitação do recurso. O Sr. João afirmou que
80 esse recurso teve origem no Conselho, quando os vereadores participaram de uma reunião do
81 CMAS e a partir de então foi realizada uma visita até a instituição, e posteriormente surgiu esta
82 oportunidade da entidade ser contemplada com o recurso. Relatou que o prédio da instituição é
83 centenário e uma reforma significativa foi realizada há mais de 20 anos, portanto já se encontra
84 deteriorado. Informou que a entidade já vinha realizando um projeto de reforma de alguns quartos,
85 troca de telhado, dentre outros reparos, com recursos próprios. Afirmou, porém, que no ano
86 passado a Vigilância Sanitária fez uma visita ao prédio, no qual foi estabelecido um Termo de
87 Ajustamento e Conduta - TAC, além das exigências de adequações solicitadas pelo Corpo de
88 Bombeiros. Marcela ressaltou a necessidade da continuidade da reforma e adequação de
89 acessibilidade na entidade, porém, devido às exigências prescritas os recursos ficaram escassos e a
90 emenda parlamentar veio num momento oportuno para subsidiar a instituição. Rodrigo reafirmou
91 a necessidade do recurso, ressaltando que todos os prazos estabelecidos devem ser cumpridos,
92 salientando que a entidade precisa executar todas as adequações para que consiga os alvarás de
93 funcionamento, e assim manter a sua regularidade perante os órgãos. Afirmou que o recurso vai
94 dar condições para a entidade sanar os problemas no tempo previsto. Após esclarecimentos e
95 considerações favoráveis quanto a solicitação do Departamento de Promoção Vicentina, o
96 colegiado aprovou a liberação do recurso de emenda parlamentar, com a ressalva de que os
97 recursos não devem ser provenientes do orçamento da Assistência Social. O Senhor João
98 agradeceu aos conselheiros pelos votos favoráveis, afirmando que vai ser muito significativa essa
99 ajuda para o Lar São Vicente. Na sequência, Márcio informou sobre o Ofício elaborado pelo
100 CMDCA, CMAS, CT e SEDAS em manifestação ao Plano de Providências para o Reordenamento
101 do Serviço de Acolhimento Institucional, executado pelo IJEPAM, o qual foi lido pela conselheira
102 Fernanda. O presidente destacou que o documento foi apresentado apenas para ciência do
103 colegiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas, e eu, Maria Amélia
104 Faciroli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente Ata, que uma vez lida e
105 aprovada, será assinada por mim e anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.